

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo Malha Sul S.A.
Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Sul S.A. (“Companhia”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de ativos relacionados a infraestrutura da concessão

Conforme divulgado nas notas explicativa 5.11.1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado em seu ativo imobilizado determinados ativos diretamente relacionados à infraestrutura da concessão da Companhia, incluindo vagões, locomotivas, via permanente, obras em andamento e infraestrutura ferroviária, que somam R\$3.164.202 mil. Os montantes aplicados nos ativos relacionados à infraestrutura da concessão são significativos e essenciais para manutenção da infraestrutura utilizada na prestação do serviço de transporte. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu R\$412.909 mil de adições de custos nesses ativos de infraestrutura da concessão.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria devido ao montante envolvido, relevância das adições no período, e risco de que tais ativos sejam indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, i) entendimento geral do ambiente de controles internos incluindo os critérios adotados para determinar a aplicabilidade da capitalização; ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados; iii) testes extensivos por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras; iv) acompanhamento do andamento das obras por meio de inspeções físicas in loco; v) avaliação das políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; e vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos para avaliar as adições no ativo imobilizado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização desses ativos de infraestrutura de concessão preparados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5.11.1, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados

em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Building a better
working world

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP - 034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Leonardo Lucas Heron Rebelo da Silva', is written over a light blue horizontal line.

Leonardo Lucas Heron Rebelo da Silva
Contador CRC PR - 057007/O

RUMO MALHA SUL – RUMO MALHA SUL S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Sul – Rumo Malha Sul S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Relacionamento com os auditores externos

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a soma dos outros serviços contratados junto aos nossos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas, referente a outros serviços relacionados a auditoria, durante o exercício vigente, foi de 13,4% do valor total de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras das Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima. Com base em referidos princípios, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

Segmentos operacionais

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T22	4T21	Var. %	12M22	12M21	Var. %
Receita Líquida	453,0	340,4	33,1%	1.789,7	1.605,0	11,5%
Custos dos serviços prestados	(425,6)	(352,2)	20,8%	(1.664,5)	(1.434,2)	16,1%
Lucro Bruto	27,4	(11,8)	-332,2%	125,2	170,8	-26,7%
Margem Bruta (%)	6%	-3%	9,5 p.p.	7%	11%	-3,6 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(36,8)	(28,7)	28,2%	(121,9)	(100,3)	21,5%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(16,1)	(4,3)	274,4%	(37,1)	(14,8)	n.a.
Depreciação e Amortização	139,0	132,2	5,1%	558,7	519,4	7,6%
EBITDA	113,5	87,4	29,9%	524,9	575,1	-8,7%
Margem EBITDA (%)	25,1%	25,7%	-0,6 p.p.	29,3%	35,8%	-6,5 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(48,0)	(47,9)	0,2%	(207,9)	(171,3)	21,4%
Imposto de renda e contribuição social	-	-	n.a.	-	-	n.a.
Prejuízo Líquido	(73,5)	(92,7)	-20,7%	(241,7)	(115,6)	109,1%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida atingiu R\$ 453,0 milhões, um aumento de 33,1% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2021, apesar do crescimento da receita no trimestre, impulsionado pelos volumes de milho e açúcar, a performance anual foi 3,5% abaixo de 2021. O resultado reflete principalmente a quebra de safra de soja, mais concentrada no estado do RS, que reduziu o volume do produto em 52,3% no ano, e foi parcialmente compensada pelo maior volume de milho. A queda dos produtos industriais se deu principalmente em função da migração de parte dos volumes de celulose para a Operação Norte. O EBITDA foi de R\$ 113,5 milhões, acréscimo de 29,9% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 73,5 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2022 comparado a um prejuízo líquido de R\$ 92,7 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2021. O que representou uma redução de 20,7% no prejuízo líquido.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida atingiu R\$ 1.789,7 milhões, aumento de 11,5% em relação ao exercício findo de 31 de dezembro de 2021, em decorrência basicamente do aumento no volume de transporte combinado com acordos comerciais de Take or Pay em 2022. O EBITDA foi de R\$ 524,9 milhões, redução de 8,7% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 241,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a um prejuízo de R\$ 115,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Rumo Malha Sul S.A.

Balanços patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	1.333.668	986.342
Títulos e valores mobiliários	5.3	204.017	751.559
Contas a receber de clientes	5.4	171.701	118.300
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	4.184	382
Estoques	5.10	136.142	137.099
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		10.268	19.793
Outros tributos a recuperar	5.9	116.361	57.342
Adiantamento a fornecedores		5.022	2.469
Outros ativos		22.693	21.815
Ativo circulante		2.004.056	2.095.101
Contas a receber de clientes	5.4	16.034	20.224
Caixa restrito	5.3	1.543	1.379
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		32.187	-
Outros tributos a recuperar	5.9	123.730	186.635
Depósitos judiciais	5.13	63.954	99.926
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	-	84.589
Adiantamento a fornecedores		15.313	15.313
Outros ativos		16.624	16.693
Direito de uso	5.11.2	372.362	455.547
Imobilizado	5.11.1	3.164.202	3.225.922
Intangíveis		12.709	18.108
Ativo não circulante		3.818.658	4.124.336
Total do ativo		5.822.714	6.219.437

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Balanços patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	5.5	196.199	212.309
Passivos de arrendamento	5.6	161.551	152.453
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	154.678	67.644
Fornecedores	5.7	239.852	229.028
Ordenados e salários a pagar		87.830	67.100
Imposto de renda e contribuição social correntes		356	335
Outros tributos a pagar		4.562	14.699
Arrendamentos e concessões em litígio	5.14	53.720	53.441
Outros passivos financeiros	5.1	203.359	136.822
Outras contas a pagar		21.983	27.221
Passivo circulante		1.124.090	961.052
Empréstimos e financiamentos	5.5	1.356.703	1.873.178
Passivos de arrendamento	5.6	382.408	471.415
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	242.326	-
Provisão para demandas judiciais	5.13	344.221	294.027
Arrendamentos e concessões em litígio	5.14	27.392	32.273
Receitas diferidas		479	670
Outras contas a pagar		2.148	2.727
Passivo não circulante		2.355.677	2.674.290
Total do passivo		3.479.767	3.635.342
Patrimônio líquido			
Capital social	5.15	2.695.633	2.695.633
Adiantamento para futuro aumento de capital		4.153.000	4.153.000
Ajustes de avaliação patrimonial		-666	-1.268
Prejuízos acumulados		-4.505.020	-4.263.270
Total do patrimônio líquido		2.342.947	2.584.095
Total do passivo e patrimônio líquido		5.822.714	6.219.437

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em

(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	6.1	1.789.655	1.605.045
Custos dos serviços prestados	6.2	-1.664.449	-1.434.240
Lucro bruto		125.206	170.805
Despesas comerciais	6.2	-6.057	-5.654
Despesas gerais e administrativas	6.2	-115.891	-94.690
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	-37.067	-14.836
Despesas operacionais		-159.015	-115.180
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		-33.809	55.625
Despesas financeiras		-272.815	-249.773
Receitas financeiras		226.801	71.472
Variação cambial, líquida		92.639	-6.477
Derivativos		-254.565	13.486
Resultado financeiro líquido	6.4	-207.940	-171.292
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-241.749	-115.667
Imposto de renda e contribuição social	5.12		
Corrente		-	-
		-	-
Resultado do exercício		-241.749	-115.667
Resultado por ação:	6.5		
Por ação ordinária		0	0
Por ação preferencial		0	0

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.695.633	4.153.000	-1.268	-4.263.270	2.584.095
Resultado do exercício	-	-	-	-241.750	-241.750
Outros resultados abrangentes:					
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	602	-	602
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	602	-241.750	-241.148
Contribuição e distribuições para os acionistas					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.695.633	4.153.000	-666	-4.505.020	2.342.947

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Capital social	AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	2.695.633	3.353.000	-1.981	-4.147.603	1.899.049
Resultado do exercício	-	-	-	-115.667	-115.667
Outros resultados abrangentes:					
Ganho atuariais com plano de pensão	-	-	713	-	713
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	713	-115.667	-114.954
Contribuição e distribuições para os acionistas					
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	800.000	-	-	800.000
Total das transações com e para acionistas	-	800.000	-	-	800.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.695.633	4.153.000	-1.268	-4.263.270	2.584.095

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-241.749	-115.667
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	558.705	519.422
Provisão para participações nos resultados e bônus	52.959	49.666
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	6.3 3.349	-770
Provisão de demandas judiciais	6.3 89.198	43.568
Créditos fiscais extemporâneos	6.3 -47.167	-22.935
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-367	-699
Provisão de <i>Take or pay</i>	10.579	-21.972
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	348.794	180.825
Outros	-3.128	4.598
	771.173	636.036
Variação em:		
Contas a receber de clientes	-57.370	-19.467
Adiantamentos de clientes	-894	1.340
Outros tributos, líquidos	45.560	39.522
Estoques	-309	-14.733
Ordenados e salários a pagar	-32.560	-21.625
Fornecedores	-10.149	36.425
Adiantamentos a fornecedores	-2.550	-2.546
Provisão para demandas judiciais	-70.643	-36.795
Outros passivos financeiros	29.939	8.382
Outros ativos e passivos, líquidos	-14.828	-11.636
	-113.804	-21.133
Caixa líquido gerado nas atividades de operacionais	657.369	614.903
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	592.114	-683.238
Caixa restrito	-163	24.346
Adições ao imobilizado e intangível	-389.356	-680.884
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	202.595	-1.339.776
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		

Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures		-	1.389.100
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	-211.406	-559.973
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	-62.556	-64.344
Amortização de principal de passivo de arrendamento	5.6	-99.322	-70.910
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	5.6	-63.589	-70.008
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		-75.765	-
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		-	883
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	800.000
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento		-512.638	1.424.748
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		347.326	699.875
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		986.342	286.467
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.333.668	986.342

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em (Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	1.945.222	1.736.035
Outras receitas operacionais, líquidas	19.187	9.426
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	367	699
	1.964.776	1.746.160
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-697.249	-675.483
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-125.681	-79.456
	-822.930	-754.939
Valor adicionado bruto	1.141.846	991.221
Retenções		
Depreciação e amortização	-558.705	-519.422
	-558.705	-519.422
Valor adicionado líquido produzido	583.141	471.799
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	226.801	71.472
	226.801	71.472
Valor adicionado total a distribuir	809.942	543.271
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	369.008	339.987
Remuneração direta	278.747	247.025
Benefícios	79.020	81.716
FGTS	11.241	11.246
Impostos, taxas e contribuições	202.932	33.879
Federais	161.852	83.861
Estaduais	40.663	-50.195
Municipais	417	213
Remuneração de capitais de terceiros	479.751	285.072
Juros	434.741	242.764
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	45.010	42.308

Remuneração de capitais próprios	-241.749	-115.667
Resultado do exercício	<u>-241.749</u>	<u>-115.667</u>
	809.942	543.271

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Sul S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Sul”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Curitiba – Paraná, Brasil.

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário principalmente na região Sul do Brasil.

1.2 Concessão de operações ferroviárias

Os contratos de concessão e de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerram em fevereiro de 2027, renováveis por mais 30 anos.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar subconcessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente,

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

1.3 Informações sobre o Grupo

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 100% do seu capital. A controladora final da companhia é a Cosan S.A. (“Cosan”), listada na Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CSAN).

1.4 Considerações sobre a continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Para o período findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um capital circulante líquido de R\$ 879.966, patrimônio líquido de R\$ 2.342.947 e prejuízo no exercício de R\$ 241.749.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Rumo S.A., sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, os quais têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos, aumento de capital ou AFACs, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 17 de março de 2023.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.1 – Outros passivos financeiros:** O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores à agentes financeiros é classificado na Demonstração de fluxos de caixa em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia.
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Notas 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Nota 5.11.1 – Imobilizado:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.12 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nota 5.13 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, gera e consome dinheiro.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nível 1:** As entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** As entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

5.8 – Instrumentos financeiros derivativos

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.333.668	986.342	1.333.668	986.342
Títulos e valores mobiliários	204.017	751.559	204.017	751.559
Instrumentos financeiros derivativos	4.184	84.971	4.184	84.971
Contas a receber de clientes	187.735	138.524	187.735	138.524
Caixa restrito	1.543	1.379	1.543	1.379
Total	1.731.147	1.962.775	1.731.147	1.962.775
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	(397.004)	(67.644)	(397.004)	(67.644)
Empréstimos e financiamentos	(1.552.902)	(2.085.487)	(1.537.979)	(2.067.396)
Passivos de arrendamento	(543.959)	(623.868)	(543.959)	(623.868)
Fornecedores	(239.852)	(229.028)	(239.852)	(229.028)
Outros passivos financeiros	(203.359)	(136.822)	(203.359)	(136.822)
Total	(2.937.076)	(3.142.849)	(2.922.153)	(3.124.758)

Os saldos com prazos curtos têm valor justo que se aproxima ao valor contabilizado.

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado - juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	(44.514)	-
Empréstimos e financiamentos	(1.085.804)	(1.417.144)
Derivativos de taxa de câmbio (nacional) ⁽ⁱ⁾	1.085.804	1.417.144
	(44.514)	-

- (i) Estes saldos equivalem ao valor do *nacional* em Euro convertidos para R\$ pela taxa de 31 de dezembro de 2022.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2022, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável, e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Instrumento	Fator de risco	31/12/2022				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
	Flutuação do câmbio					
Fornecedores		(276)	(11.473)	(22.670)	10.922	22.119
	Flutuação do câmbio					
Derivativos de taxa de câmbio (nocial)		7.105	280.332	553.559	(266.122)	(539.349)
	Flutuação do câmbio					
Empréstimos e financiamentos		(7.105)	(280.332)	(553.559)	266.122	539.349
Impactos no resultado do exercício		(276)	(11.473)	(22.670)	10.922	22.119

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2023. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável.

	31/12/2022	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	5,2177	5,2500	6,5625	7,8750	3,9375	2,6250
Euro	5,5694	5,7225	7,1531	8,5838	4,2919	2,8613

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Exposição taxa de juros	31/12/2022				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	182.034	227.543	273.051	136.526	91.017
Títulos e valores mobiliários	27.268	34.085	40.902	20.451	13.634
Caixa restrito	202	253	304	152	101
Empréstimos e financiamentos	(36.294)	(42.232)	(48.171)	(30.355)	(24.416)
Passivo de arrendamento	(59.961)	(59.961)	(59.961)	(59.961)	(59.961)
Derivativos de taxa de juros	(156.335)	(195.419)	(234.502)	(117.251)	(78.167)
Outros passivos financeiros	(29.780)	(36.518)	(43.257)	(23.041)	(16.303)
Impactos no resultado do exercício	(72.866)	(72.249)	(71.634)	(73.479)	(74.095)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 06 de janeiro de 2023, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	13,35%	16,69%	20,03%	10,02%	6,68%
CDI	13,25%	16,57%	19,88%	9,94%	6,63%
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%	5,25%	3,50%
IPCA	4,98%	6,23%	7,47%	3,74%	2,49%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	1.333.668	986.342
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	204.017	751.559
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	1.543	1.379
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	187.735	138.524
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	4.184	84.971
	1.731.147	1.962.775

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2022
AA	262.565
AAA	1.280.847
Total	1.543.412

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2022				31/12/2021	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos e financiamentos	(201.591)	(184.321)	(124.945)	(1.304.425)	(1.815.282)	(2.104.488)
Fornecedores	(239.852)	-	-	-	(239.852)	(229.028)
Outros passivos financeiros	(203.359)	-	-	-	(203.359)	(136.822)
Passivo de arrendamento	(171.748)	(170.841)	(341.518)	-	(684.107)	(844.260)
Instrumentos financeiros derivativos	(154.471)	(119.286)	(266.848)	147.785	(392.820)	17.327
	(971.021)	(474.448)	(733.311)	(1.156.640)	(3.335.420)	(3.297.271)

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Norte S.A.	19.371	12.303
Rumo Malha Oeste S.A.	1.658	1.286
Rumo Malha Paulista S.A.	45.269	20.032
Rumo Malha Central S.A.	1.860	2.142
Raízen S.A. e suas controladas	9.535	5.620
Rumo S.A.	12.767	9.298
Brado Logística S.A.	4.041	2.281
Outros	675	1.121
	95.176	54.083
Adiantamento a fornecedores		
Raízen S.A. e suas controladas	4.375	1.846
	4.375	1.846
Ativo circulante	99.551	55.929
Adiantamento a fornecedores		
Raízen S.A. e suas controladas	15.313	15.313
	15.313	15.313
Ativo não circulante	15.313	15.313
Total	114.864	71.242
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo		
Fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	2.103	1.722
Rumo Malha Central S.A.	-	8.249
Rumo Malha Oeste S.A.	4.538	8.018
Rumo Malha Norte S.A.	19.585	18.488
Rumo S.A.	1.878	1.276
Brado Logística S.A.	4.325	1.945
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	3.078	1.975
Raízen S.A. e suas controladas	67.400	59.500
Outros	856	1.368
	103.763	102.541
Passivo circulante	103.763	102.541
Total passivo	103.763	102.541

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Raízen S.A. e suas controladas	169.721	119.064
Rumo S.A.	51.249	26.810
Rumo Malha Norte S.A.	37.912	50.832
Rumo Malha Oeste S.A.	10.548	24.572
Rumo Malha Paulista S.A.	24.076	22.669
Brado Logística S.A.	71.022	39.571
Elevações Portuárias S.A.	-	848
Outros	1	-
	364.529	284.366
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Norte S.A.	(970)	(1.097)
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(19.360)	(21.855)
Raízen S.A. e suas controladas	(624.937)	(446.769)
Rumo Malha Oeste S.A.	(30.387)	(35.352)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ^(iv)	(26.133)	(26.235)
Brado Logística S.A.	(3.412)	(1.639)
Outros	(987)	(134)
	(706.186)	(533.081)
Receita (despesas) compartilhadas ^(v)		
Rumo Malha Norte S.A.	(52.995)	(23.658)
Rumo Malha Oeste S.A.	176	1.625
Rumo Malha Paulista S.A.	3.850	6.408
Elevações Portuárias S.A.	602	1.597
Rumo S.A.	(10.508)	(11.392)
Outros	1.982	871
	(56.893)	(24.549)

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 se refere principalmente à transporte e armazenagem, contratada em condições de mercado.
- (ii) Despesas com partilhas de fretes, de acordo com as condições estabelecidas no COE - Contrato de Operações Específico firmado entre as partes.
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 junto à Raízen S.A. e suas controladas, a condições de mercado.
- (iv) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 junto à Cosan Lubrificantes, a condições mercado.
- (v) Rateio do custo de atividades corporativas e do centro de serviços compartilhados Raízen.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chaves são analisadas a nível de grupo, incluindo diretores e membros do conselho, e estão registradas no resultado consolidado do exercício como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Benefícios de curto prazo	33.146	31.607
Transações com pagamentos baseados em ações	16.110	23.571
	49.256	55.178

4.2 Pandemia de COVID 19

A Companhia continua monitorando a pandemia COVID 19 no cenário global e local, e no momento não há medidas restritivas vigentes e nem impactos nas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não existe circunstâncias que poderiam indicar perda por *impairment*.

4.3 Impactos da guerra na Ucrânia

4.3.1 Contexto Geral

A Companhia continua monitorando os impactos da guerra da Ucrânia iniciada em 24 de fevereiro de 2022 pois constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

4.3.2 Impactos na elaboração das demonstrações financeiras

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no período findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia monitora diariamente possíveis impactos que podem ter efeito direto nas operações.

Os principais itens monitorados pela Companhia são:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Fertilizantes:** Rússia e Bielorrússia respondem por 30,5% das exportações de fertilizantes potássicos e o Brasil é o maior importador mundial não apenas do total de fertilizantes como de cada um deles (nitrogenados, fosfatados e potássicos). A companhia entende que não ocorreu impacto na safra de Milho em 2022, tampouco para safra de Soja para 2023, devido os acordos de mercado firmado entre Brasil e Rússia para a demanda de fertilizantes.

- **Commodities:** A safra brasileira de milho de 2021/2022, apesar da quebra da produção no sul do país, deverá ficar acima da safra anterior. Com o aumento do preço da commodity, o Brasil tem espaço para ampliar área produtiva. O que pode acontecer é um aumento da disputa entre o Brasil e América do Norte pela compra de fertilizantes, mesmo com preços elevados, uma vez que o retorno derivado da negociação de commodities por produtores no Brasil os deixam mais capitalizados para disputar com produtores americanos/europeus.

- **Combustíveis:** Como o petróleo brasileiro segue a tabela de preço internacional, continuará ajustando os preços de acordo com a cotação praticada fora do Brasil, mesmo que não haja compra direta da Rússia, a redução da oferta de petróleo no mundo, causará impacto no preço para o consumidor brasileiro. A medida que o diesel aumenta, o custo operacional da Rumo pode aumentar, porém existe a política de repasse para a tarifa que neutraliza os efeitos sobre o resultado.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam uma perda por *impairment*. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicativos de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxa de desconto, estoque, instrumentos financeiros, contas a receber entre outros itens analisados.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	204.017	751.559
Instrumentos financeiros derivativos	4.184	84.971
	208.201	836.530
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.333.668	986.342
Contas a receber de clientes	187.735	138.524
Caixa restrito	1.543	1.379
	1.522.946	1.126.245
Total	1.731.147	1.962.775
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	467.098	668.342
Passivo de arrendamento	543.959	623.868
Fornecedores	239.852	229.028
Outros passivos financeiros (i)	203.359	136.822
	1.454.268	1.658.060
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	397.004	67.644
Empréstimos e financiamentos	1.085.804	1.417.145
	1.482.808	1.484.789
Total	2.937.076	3.142.849

- (i) Em 31 de dezembro de 2022 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras. Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contrapartes, a uma taxa média de 14,53% a.a. (10,60% a.a. em 31 de dezembro de 2021). O prazo médio dessas operações gira em torno de 109 dias (90 dias em 31 de dezembro de 2021).

A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na Demonstração de fluxos de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra. Encargos financeiros embutidos na transação são registrados em “Juros sobre contingências e contratos comerciais” no resultado financeiro, tendo representado R\$ 7.553 no exercício findo em 31 de dezembro 2022 (R\$ 2.048 em 2021).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos conta movimento	7.298	913
Aplicações financeiras	1.326.370	985.429
	<u>1.333.668</u>	<u>986.342</u>

As aplicações financeiras são compostas por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários – CDB ⁽ⁱ⁾	1.326.370	985.429
	<u>1.326.370</u>	<u>985.429</u>

- (i) As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 102,9% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2022 (101,6% do CDI em 31 de dezembro de 2021). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	115.747	747.398
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	87.746	-
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	524	4.161
	<u>204.017</u>	<u>751.559</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores depositados em garantia	1.543	1.379
	<u>1.543</u>	<u>1.379</u>

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes terceiros	99.730	92.018
Clientes partes relacionadas (4.1)	95.176	54.083
	194.906	146.101
Perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa	(7.171)	(7.577)
	187.735	138.524
Circulante	171.701	118.300
Não circulante	16.034	20.224
	187.735	138.524

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	86.959	81.761
Até 30 dias	5.845	1.390
De 31 a 60 dias	349	176
De 61 a 90 dias	-	299
Mais de 90 dias	6.577	8.392
Perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa	(7.171)	(7.577)
	92.559	84.441

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2021	(7.709)
Provisões	(1.487)
Reversões e baixas	1.619
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.577)
Provisões	(1.464)
Reversões e baixas	1.870
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(7.171)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.5 Empréstimos e financiamentos

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2022	31/12/2021	Vencimento final	Objetivo
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa média anual de juros				
Empréstimos e financiamentos						
ECA	Euribor + 0,58% ⁽ⁱⁱ⁾	1,94%	17.995	25.092	set/2026	Investimento
Finame (BNDES)	Pré-fixado	5,86%	127.752	191.628	dez/2024	Investimento
Finem (BNDES)	URTLP	9,29%	339.346	476.714	dez/2025	Investimento
NCE	Pré-fixado (US\$)	2,53%	1.067.809	1.392.053	jan/2032	Investimento
			1.552.902	2.085.487		
Circulante			196.199	212.309		
Não circulante			1.356.703	1.873.178		
			1.552.902	2.085.487		

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras.
- (ii) Dívida com *swap* para 108% do CDI que representa uma taxa média de 4,82% a.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2022	31/12/2021
13 a 24 meses	178.929	180.415
25 a 36 meses	115.505	180.415
37 a 48 meses	3.136	116.991
49 a 60 meses	-	5.358
73 a 84 meses	-	1.389.999
Acima de 97 meses	1.059.133	-
	1.356.703	1.873.178

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/12/2022	31/12/2021
Reais (R\$)	467.098	668.342
Euro (EUR) ⁽ⁱ⁾	17.996	25.092
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	1.067.808	1.392.053
Total	1.552.902	2.085.487

- (i) Em 31 de dezembro de 2022, todas essas dívidas denominadas em moeda estrangeira, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.8), ou através de aplicações financeiras na mesma moeda.

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Saldo em 01 de janeiro de 2021	1.255.725
Captações	1.389.100
Amortização de principal	(559.973)
Pagamento de juros	(64.344)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	64.979
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.085.487
Amortização de principal	(211.406)
Pagamento de juros	(62.556)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	(258.623)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.552.902

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,85% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 350.007 (R\$ 491.025 em 31 de dezembro de 2021).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 12,44% (4,45% em 31 de dezembro de 2021) e TJLP de 6,79% (4,80% em 31 de dezembro de 2021).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2022, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 41.682 (R\$ 41.355 em 31 de dezembro de 2021).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

c) Cláusulas restritivas (“*financial covenants*”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, que variam de contrato para contrato. A tabela a seguir lista as principais cláusulas e o limite mais restritivo dentre os contratos. Os índices apurados utilizam uma interpretação conservadora dos ajustes previstos nas fórmulas:

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA < = 3,0x em dezembro de 2022	2,25
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ > = 2,0x em dezembro de 2022	2,87

(i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos.

(ii) O resultado financeiro da dívida é representado pelo custo da dívida líquida, demonstrado na nota 6.4.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

5.6 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

	Operacional - concessões	Operacional - outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	600.745	1.143	601.888
Apropriação de juros e variação cambial	70.438	138	70.576
Amortização de principal	(69.575)	(1.335)	(70.910)
Pagamento de juros	(69.927)	(81)	(70.008)
Reajuste contratual	91.473	849	92.322
Saldo em 01 de janeiro de 2022	623.154	714	623.868
Apropriação de juros e variação cambial	71.358	73	71.431
Amortização de principal	(98.406)	(916)	(99.322)
Pagamento de juros	(63.516)	(73)	(63.589)
Reajuste contratual	10.406	1.165	11.571
Saldo em 31 de dezembro de 2022	542.996	963	543.959
Circulante	160.588	963	161.551
Não circulante	382.408	-	382.408
	542.996	963	543.959

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2049 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	6.265	9.623
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	94	26
	6.359	9.649

Informações adicionais

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% e 14,8%, de acordo com o prazo de cada contrato.

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

Contas	31/12/2022			31/12/2021		
	Registrado	Ofício	%Variação	Registrado	Ofício	%Variação
Passivo de arrendamento	408.146	477.104	17%	478.457	535.989	12%
Direito de uso residual	232.196	236.785	2%	285.429	290.960	2%
Despesa financeira	(53.935)	(61.690)	14%	(62.044)	(68.246)	10%
Despesa de depreciação	(53.233)	(54.175)	2%	(54.257)	(55.210)	2%

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas. O saldo não inclui potenciais créditos de impostos, pelo fato de seus contratos não gerarem créditos de impostos indiretos no momento do pagamento dos arrendamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores de materiais e serviços	171.624	169.297
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	68.973	59.708
Outros	255	23
Total	<u>239.852</u>	<u>229.028</u>
Fornecedores	136.089	126.487
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	103.763	102.541
	<u>239.852</u>	<u>229.028</u>

5.8 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

Hedges do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados são apresentados abaixo:

	<i>Nocional</i>		<i>Valor justo</i>	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e câmbio)	1.415.553	1.415.553	(392.820)	17.327
	1.415.553	1.415.553	(392.820)	17.327
Circulante			4.184	382
Não circulante			-	84.589
Ativos			4.184	84.971
Circulante			(154.678)	(67.644)
Não circulante			(242.326)	-
Passivos			(397.004)	(67.644)

A Companhia contratou operações de *Swap*, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Estratégias de Hedge

a) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos (objetos de *hedge*) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são os mesmos que seriam obtidos através de uma documentação de *hedge*:

<u>Risco de câmbio</u>		Nocional	Valor contábil		Ajuste de valor justo	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos designados						
ECA	EUR + 0,58%	(26.453)	(17.995)	(25.092)	106	(338)
Total		(26.453)	(17.995)	(25.092)	106	(338)
Instrumentos derivativos						
Swap de câmbio e juros	BRL + 116,68% DO CDI	26.453	4.184	8.169	3.985	(1.383)
Total		26.453	4.184	8.169	3.985	(1.383)
Total líquido		-	(13.811)	(16.923)	4.091	(1.721)

5.9 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	96.241	100.332
PIS	42.222	30.396
ICMS (i)	91.378	86.357
ICMS CIAP (ii)	6.894	23.708
Outros	3.356	3.184
	240.091	243.977
Circulante	116.361	57.342
Não circulante	123.730	186.635
	240.091	243.977

- (i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.
- (ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.10 Estoques

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda).

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	31/12/2022	31/12/2021
Peças e acessórios	111.544	113.046
Combustíveis e lubrificantes	18.823	20.008
Almoxarifado e outros	5.775	4.045
	136.142	137.099

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 632 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2021).

5.11 Ativos imobilizados e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foi definido como unidade geradora de caixa os contratos de concessão. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não identificamos indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Análise de perda ao valor recuperável.

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida.

A Companhia avaliou ainda os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre as demais unidades geradoras de caixa e a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.11.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

Ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos ativos é como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	2% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, bem como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Reconciliação do valor contábil

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via Permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2021	207.907	391.121	3.096.593	2.878.870	530.004	110.305	7.214.800
Adições	-	118	1.826	5.801	684.054	57	691.856
Baixas	-	(4.880)	(14.000)	-	-	(47.499)	(66.379)
Transferências	7.095	51.205	162.806	408.548	(635.339)	572	(5.113)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	215.002	437.564	3.247.225	3.293.219	578.719	63.435	7.835.164
Adições	-	-	601	10.537	401.771	-	412.909
Baixas	(782)	(1.405)	(38.165)	-	-	(35.466)	(75.818)
Transferências	42.268	36.275	78.152	303.065	(462.409)	192	(2.457)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	256.488	472.434	3.287.813	3.606.821	518.081	28.161	8.169.798
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:							
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(148.149)	(205.481)	(2.092.102)	(1.679.183)	-	(101.687)	(4.226.602)
Adições	(3.998)	(25.959)	(197.744)	(218.303)	-	(2.963)	(448.967)
Baixas	-	4.880	13.948	-	-	47.499	66.327
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(152.147)	(226.560)	(2.275.898)	(1.897.486)	-	(57.151)	(4.609.242)
Adições	(4.574)	(30.993)	(195.315)	(236.221)	-	(2.389)	(469.492)
Baixas	-	765	36.138	-	-	36.235	73.138
Transferências	(17.300)	(2.716)	-	17.300	-	2.716	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(174.021)	(259.504)	(2.435.075)	(2.116.407)	-	(20.589)	(5.005.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	62.855	211.004	971.327	1.395.733	578.719	6.284	3.225.922
Saldo em 31 de dezembro de 2022	82.467	212.930	852.738	1.490.414	518.081	7.572	3.164.202

(i) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, vagões e locomotivas ao custo de R\$ 553.239, foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.5);

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve custo de empréstimo capitalizados.

5.11.2 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e outros ativos	Vagões e locomotivas	Infraestrutura ferroviária e portuária	Total
Valor de custo:					
Saldo em 01 de janeiro de 2021	15	1.081	2.301	524.927	528.324
Transferências	-	-	-	10.830	10.830
Reajuste contratual	-	-	893	91.473	92.366
Saldo em 01 de janeiro de 2022	15	1.081	3.194	627.230	631.520
Reajuste contratual	-	-	1.165	10.406	11.571
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15	1.081	4.359	637.636	643.091
Amortização:					
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(11)	(785)	(1.571)	(95.409)	(97.776)
Adições	(4)	(295)	(906)	(68.017)	(69.222)
Transferências	-	-	-	(8.975)	(8.975)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(15)	(1.080)	(2.477)	(172.401)	(175.973)
Adições	-	-	(937)	(93.819)	(94.756)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(15)	(1.080)	(3.414)	(266.220)	(270.729)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	-	1	717	454.829	455.547
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	1	945	371.416	372.362

5.12 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

i. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

i. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(241.749)	(115.667)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	82.195	39.327
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(172)	(334)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ⁽ⁱ⁾	(93.357)	(51.635)
Outros	11.334	12.642
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	-	-
Taxa efetiva - %	0,00%	0,00%

- (i) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

A Companhia não possui previsibilidade de lucro, em virtude disso, não há constituição de saldo de imposto de renda diferido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.13 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	56.182	52.949
Cíveis, regulatórias e ambientais	175.020	126.662
Trabalhistas	113.019	114.416
	344.221	294.027

	Depósitos judiciais	
	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	21.566	19.228
Cíveis, regulatórias e ambientais	4.367	10.132
Trabalhistas	38.021	70.566
	63.954	99.926

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	50.207	66.941	99.771	216.919
Provisionados no exercício	1.235	10.324	31.843	43.402
Baixas por reversão ou pagamento	(43)	(7.887)	(33.249)	(41.179)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	1.550	57.284	16.051	74.885
Saldo em 31 de dezembro de 2021	52.949	126.662	114.416	294.027
Provisionados no exercício	2.068	31.717	36.334	70.119
Baixas por reversão ou pagamento	(5.057)	(43.756)	(66.452)	(115.265)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	6.222	60.397	28.721	95.340
Saldo em 31 de dezembro de 2022	56.182	175.020	113.019	344.221

i. Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

a) Perdas prováveis

- **Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Crédito de ICMS ⁽ⁱ⁾	34.323	35.096
INSS	-	17.736
IPTU	2.322	-
Outros	19.537	117
	56.182	52.949

- (i) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, que, no entendimento fazendário, estariam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito.

b) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	559.774	514.964
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.735.728	1.495.682
Trabalhistas	205.957	198.402
	2.501.459	2.209.048

• **Tributárias:**

	31/12/2022	31/12/2021
Multa isolada tributo federal	109.668	-
ICMS ⁽ⁱ⁾	199.375	191.842
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	4.236	55.298
Operações financeiras no exterior ⁽ⁱⁱⁱ⁾	8.944	8.450
MP 470 parcelamento de débitos ^(iv)	142.166	155.069
Compensação com crédito prêmio ^(v)	-	46.661
PIS/COFINS ^(vi)	35.238	9.146
Outros	60.147	48.498
	559.774	514.964

- (i) Os fiscos estaduais autuaram a Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (ii) Refere-se ao processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), relativos aos anos-base de 2011, 2012 e 2013, cumulados com juros de mora e multas qualificada e isolada.
- (iii) Autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011 e 2013 contra a Companhia relativos a: a) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; e b) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico.
- (iv) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Companhia, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (v) A Companhia transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003.
- (vi) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativo relativos aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa.

• **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis ⁽ⁱ⁾	634.439	516.683
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	678.160	654.550
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	423.129	324.449
	1.735.728	1.495.682

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

• **Trabalhistas:**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	205.957	198.402
	<u>205.957</u>	<u>198.402</u>

(i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.14 Arrendamentos e concessões em litígio

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

São mantidos nessa conta, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por Selic até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões e outorgas”), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível. A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

A Companhia reconhece suas despesas relacionadas aos contratos operacionais de arrendamento e concessão, linearmente, de acordo com o decorrer dos prazos dos contratos.

O passivo de arrendamento e concessão equivale ao valor corrigido das outorgas, líquido dos pagamentos efetuados até a data do balanço, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a pagar:		
Concessão	81.112	85.714
Total	81.112	85.714
Circulante	53.720	53.441
Não circulante	27.392	32.273
	81.112	85.714

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.15 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias.

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.695.633, constituído por 113.551.278 ações, sendo 45.035.110 ações ordinárias nominativas, 68.516.168 ações preferenciais nominativas. As ações preferenciais não terão direito de voto e gozam de prioridade no reembolso de capital sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Rumo S.A.	45.035.110	100%	68.516.168	100%
Total de ações	45.035.110	100%	68.516.168	100%

b) Reserva de capital

Política contábil:

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Essas são transações de capital com os sócios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

O AFAC registrado no patrimônio líquido da Companhia refere-se a um acordo de conversão de uma quantidade fixa de ações a um preço fixo previamente estabelecido. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui um saldo de AFAC de R\$ 4.153.000 (R\$ 4.153.000 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6 Informações detalhadas sobre a demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta na venda de serviços	1.945.222	1.736.035
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(155.567)	(130.990)
Receita operacional líquida	1.789.655	1.605.045

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2022	31/12/2021
Transporte de carga e acessórios	1.738.233	1.558.887
Outros	51.422	46.158
Receita operacional líquida	1.789.655	1.605.045

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Material de uso e consumo	(16.557)	(733)
Despesa com pessoal	(418.512)	(386.905)
Depreciação e amortização	(558.705)	(519.422)
Despesas com serviços de terceiros	(108.231)	(106.584)
Despesas com transporte e elevação	(606.722)	(445.138)
Outras despesas	(77.670)	(75.802)
	(1.786.397)	(1.534.584)
Custo dos serviços prestados	(1.664.449)	(1.434.240)
Despesas comerciais	(6.057)	(5.654)
Despesas gerais e administrativas	(115.891)	(94.690)
	(1.786.397)	(1.534.584)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Efeito líquido das demandas judiciais	(89.198)	(43.568)
Resultado na venda de sucatas / eventuais	26.553	28.950
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(3.349)	770
Créditos fiscais extemporâneos	47.167	22.935
Outros	(18.240)	(23.923)
	<u>(37.067)</u>	<u>(14.836)</u>

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(77.438)	(57.084)
Variação cambial líquida sobre dívidas	92.013	(3.828)
Resultado com derivativos e valor justo	(254.565)	13.486
Amortização do gasto de captação	(5.538)	(6.886)
Fianças e garantias sobre dívidas	(4.324)	(6.854)
	(249.852)	(61.166)
Rendimentos de aplicações financeiras	187.376	26.985
	187.376	26.985
Custo da dívida, líquida	(62.476)	(34.181)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	39.425	44.487
Arrendamento e concessão em litígio	(6.714)	(9.800)
Passivos de arrendamento	(72.941)	(72.322)
Despesas bancárias e outros	29.161	(7.388)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(90.696)	(83.617)
Derivativos e variação cambial	626	(2.649)
Outros encargos e juros	(44.325)	(5.822)
	(145.464)	(137.111)
Resultado financeiro, líquido	(207.940)	(171.292)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(272.815)	(249.773)
Receitas financeiras	226.801	71.472
Variação cambial	92.639	(6.477)
Derivativos	(254.565)	13.486
Resultado financeiro, líquido	(207.940)	(171.292)

6.5 Resultado por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Numerador		
Resultado líquido do exercício	(241.749)	(115.667)
Por ação ordinária	(85.879)	(45.874)
Por ação preferencial	(145.870)	(69.793)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	486.445.936.413	470.719.596.363
Média ponderada de número de ações preferencial	740.076.164.876	716.150.197.855
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	(0,00000)	(0,00000)
Por ação preferencial	(0,00000)	(0,00000)